

TOMADA DE POSIÇÃO

Cumpra-se a Constituição da República Respeite-se a Lei de Bases do Sistema Educativo



epois de aprovada esta Moção deverá ser enviada para:
RIMEIRO MINISTRO: FAX – 213927638 | MAIL – gabinete.pm@pm.gov.pt; MEC: FAX – 217811835 | MAIL – gabinete.ministro@mec.gov.pt
OMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO: FAX – 213936948 | MAIL – Comissao.8A-CECCXII@ar.parlamento.pt;

Na Educação é inequívoca a função do Estado – o seu papel social, educativo e cultural e as responsabilidades com o seu desenvolvimento.

Compete, assim, ao governo e aos diversos órgãos de soberania a criação e a fiscalização das condições para uma educação pública, universal, democrática, de qualidade e inclusiva, competências que a Lei de Bases do Sistema Educativo vem reforçar. Competências do Estado que são subvertidas pelo subfinanciamento e progressiva desorçamentação da Educação, pelas assimetrias sociais e regionais e pela desvalorização do setor, negando a necessidade de recuperação do atraso estrutural de que ainda padece o país.

Os docentes são parte fundamental do projeto transformador que a Constituição de Abril consagrou, reconhecendo-se a sua importância social, as elevadas qualificações adequadas ao exercício das funções que lhes estão atribuídas, bem como a capacidade de gestão do processo educativo. Têm sido, contudo, os professores e educadores gravemente penalizados com medidas que provocam a sua desvalorização social, profissional e salarial, desemprego, precariedade, aposentação forçada antecipadamente, aumento dos horários de trabalho, perdas de autonomia profissional, desvalorização da sua própria formação, através de alterações aberrantes do currículo, ao arrepio da LBSE, e com obstáculos, impostos pelo governo, que têm impedido a concretização de importantes projetos que trazem dinamismo e inovação para o interior das escolas e na sua ligação à comunidade.

Neste processo destrutivo da Escola Pública e das condições para uma efetiva igualdade de acesso e de sucesso no sistema educativo, o governo PSD/CDS-PP estabeleceu como metas prioritárias:

- Uma progressiva desresponsabilização com a Educação, pretendendo transferir a sua gestão, financiamento e organização, controlo e acompanhamento para as câmaras municipais, através do processo em curso de municipalização do ensino, bem como para as escolas, através dos designados contratos de autonomia;
- Alargamento dos benefícios do Estado através do reforço de privilégios ao setor privado abrindo caminho para uma progressiva entrega do ensino a operadores e grupos económicos privados.

Para 2015, o governo e sua maioria preparam mais um violento corte orçamental na Educação, superior a 700 milhões de euros.

Trata-se de mais um corte que não só não respeita os preceitos constitucionais e legais de reforço e prioridade orçamental na área da Educação, pondo em causa o efetivo direito de todos os portugueses à educação e formação, como também compromete o futuro de muitos milhares de trabalhadores (docentes e não docentes), reduzindo a capacidade e qualidade das ofertas educativa e formativa.

Tendo em conta esta situação, que atinge toda a sociedade e cada escola, em particular, os docentes reunidos no dia 13 de Novembro de 2014, na escola/agrupamento

.....
EXIGEM uma mudança de política que garanta o cumprimento da Constituição da República e o respeito pela Lei de Bases do Sistema Educativo;

RECUSAM pactuar com os ataques sistemáticos a que os docentes estão sujeitos na sua vida e estabilidade profissionais e em relação ao direito a gerirem com autonomia o seu exercício profissional;

MANIFESTAM oposição à proposta de Orçamento do Estado do governo para 2015;

DISPONIBILIZAM-SE para agir e lutar em defesa da Escola Pública e da profissão docente.

_____, 13 de Novembro de 2014

TOMADA DE POSIÇÃO
